



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº** 10680.012303/2005-30  
**Recurso nº** 139.172  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Resolução nº** 301-02.089  
**Data** 09 de dezembro de 2008  
**Recorrente** ATAN SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO E OTIMIZAÇÃO LTDA.  
**Recorrida** DRJ-BELO HORIZONTE/MG

**RESOLUÇÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência para que a Repartição de origem anexe extrato da opção alegada pela Contribuinte.

*Maria Cristina R. da Costa*  
MARIA CRISTINA RODA DA COSTA  
Presidente  
*Luiz Roberto Domingo*  
LUIZ ROBERTO DOMINGO  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, João Luiz Fregonazzi e Valdete Aparecida Marinheiro. Ausentes as Conselheiras. Ausentes os Conselheiros Susy Gomes Hoffmann, Irene Souza da Trindade Torres, Rodrigo Cardozo Miranda e, ocasionalmente, o Conselheiro Alex Oliveira Rodrigues de Lima (Suplente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra decisão da DRJ – Belo Horizonte/MG que julgou o lançamento procedente, em razão da apresentação extemporânea da DCTF, referente ao ano-calendário de 2002.

Cientificado do lançamento o Recorrente apresentou impugnação em 02/09/2005, a qual lhe foi negado provimento pela DRJ-Belo Horizonte/MG, conforme a ementa abaixo transcrita:

*"Exercício: 2002*

*DCTF. MULTA POR ATRASO.*

*O contribuinte que está obrigado a entregar DCTF sujeita-se às penalidades previstas na legislação vigente, quando deixar de apresentá-la ou apresentá-la em atraso.*

*Lançamento Procedente."*

Inconformado com a decisão do órgão julgador de primeira instância, da qual tomou conhecimento em 11/05/2007, interpôs o Recorrente, Recurso Voluntário, em 01/06/2007 (fls. 51/63), alegando em síntese que: (i) aderiu ao PAEX, instituído pela Medida Provisória nº. 303/2006; (ii) a nulidade da autuação, em razão da adesão; e (iii) que seja reconhecida a ilegalidade da exigência em razão da subsunção à hipótese de denúncia espontânea.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro LUIZ ROBERTO DOMINGO, Relator

Conheço do recurso por ser tempestivo e atender os demais requisitos de admissibilidade.

Trata-se de Recurso Voluntário contra decisão da DRJ – Belo Horizonte/MG que julgou o lançamento procedente, em razão da apresentação extemporânea da DCTF, referente ao ano-calendário de 2003.

Preliminarmente, faz-se necessário estabelecer que o princípio da Verdade Material norteia o julgador para que descubra qual é o fato ocorrido e, a partir daí, qual a norma aplicável, ou seja, a verdade objetiva dos fatos, independente das alegações da impugnação do contribuinte.

O princípio da verdade material teve início no Direito Penal, da fase inquisitória, no procedimento de averiguação dos fatos relativos ao crime com o fim de se determinar sua materialidade e autoria, tendo sido transpassado ao processo, como direito de defesa do acusado.

O que se busca no processo administrativo é averiguar se ocorreu no mundo dos fenômenos o fato hipoteticamente previsto na norma, e em que circunstâncias deve ser interpretado. Os fatos são a expressão escrita de um acontecimento em determinado tempo e espaço. São os documentos que declaram a existência ou não de um fato para que alcance sua relevância para o Direito.

Portanto, antes de apreciar as questões veiculadas no Recurso Voluntário, entendo que o presente feito necessita ser instruído por informações essenciais para formação da convicção deste julgador, em especial as relativas às alegações de que o débito está parcelado.

Por conta disso, tenho entendimento de que o julgamento deve ser CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA à repartição de origem, para:

- (i) informar se o Recorrente aderiu ao PAEX instituído pela MP 303/06;
- (ii) em caso de positivo o item "i", informar se o débito ora debatido encontra-se no rol dos débitos parcelados;

Cumprida a diligência, intime-se o contribuinte para, querendo, manifestar-se, a respeito, em homenagem ao princípio do contraditório, retornando os autos para apreciação deste Conselho.

Sala das Sessões, em 09 de dezembro de 2008.

LUIZ ROBERTO DOMINGO